



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social
Sub-eixo: Trabalho, questão social e serviço social - fundamentos

O DEBATE SOBRE “QUESTÃO SOCIAL” À LUZ DAS DIRETRIZES CURRICULARES

REGINALDO GHIRALDELLI ¹

Resumo

O texto aborda o debate sobre a “questão social” partir das Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social que foram aprovadas na assembleia da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996 e que permanecem vigentes como parâmetros norteadores para a formação profissional. Dada a complexidade do tema, com suas respectivas polêmicas e divergências teórico-conceituais, o texto, por meio de análise bibliográfica, apresenta reflexões aproximativas a partir do acúmulo da produção de conhecimento realizada nas últimas décadas na área de Serviço Social.

Palavras-chave: Questão Social. Diretrizes Curriculares. Formação Profissional. Produção de conhecimento.

Abstract

The text addresses the debate on the "social issues" from the Curriculum Guidelines for the Social Work course that were approved at the assembly of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS) in 1996 and that remain in force as guiding parameters for the professional qualification. Given the complexity of the topic, with its respective controversies and theoretical-conceptual

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade De Brasília

divergences, the text, through bibliographic analysis, presents approximate reflections from the accumulation of knowledge production carried out in the last decades in the area of Social Work.

Keywords: Social issues. Curriculum Guidelines. Professional qualification. Knowledge production.

INTRODUÇÃO

O debate sobre “questão social”², tendo como referência uma produção intelectual respaldada na tradição marxista, ganha relevo e densidade nos anos 1980, resultado do que Netto (2005) denominou de processo de *renovação* e “*intenção de ruptura*” ocorrido no interior da profissão. Na esteira desse movimento, a aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996 representa um marco importante no que se refere a consolidação de um projeto de formação profissional alinhado à uma perspectiva crítica. A aprovação das Diretrizes Curriculares em 1996, em consonância com outros importantes passos dados pela categoria profissional na década de 1990, como pode ser exemplificado pela aprovação do Código de Ética Profissional de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão também de 1993, compõe um indiscutível patrimônio teórico, ético e político do Serviço Social brasileiro, o que contribuiu para dar substancialidade ao que se denomina *projeto ético-político do Serviço Social brasileiro*³.

Ao situar o Serviço Social na realidade, considerando seu significado social, as Diretrizes Curriculares (a partir dos núcleos de fundamentação – da vida social, da formação da sociedade brasileira e do trabalho profissional) sinalizam para a apreensão das determinações históricas e contraditórias que alteram as relações

²Ao analisar a “questão social”, Santos (2012) adverte para o cuidado com o termo “questão social” e explica as razões do uso recorrente das aspas, que se dá pela origem conservadora da expressão, mas, também, pelo “[...] fato da ‘questão social não poder ser alçada ao estatuto de uma categoria, no sentido marxiano, como ‘forma de ser, determinação da existência’. [...] a ‘questão social’ em si, a partir dessa concepção, não existe na realidade e, assim sendo, deve ser entendida como um conceito – cuja natureza é reflexiva [...] e não como categoria. As categorias, para serem categorias como tais, devem, antes, ter existência concreta, real, a fim de que seja possível a sua abstração no âmbito do pensamento. [...] trata-se de afirmar a existência real não da “questão social” e sim de suas expressões, determinadas pela desigualdade fundamental do modo de produção capitalista” (SANTOS, 2012, p.18).

³ Projeto que se expressa na construção de uma direção social e política alinhada aos interesses e necessidades da classe trabalhadora, tendo como horizonte a emancipação humana.

sociais e a própria profissão. A partir de uma apreensão dialética e histórica da realidade social, compreende o Serviço Social como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e o/a assistente social como trabalhador/a assalariado/a.

Como profissão de natureza eminentemente interventiva e sem deixar de reconhecer também sua dimensão investigativa, as Diretrizes Curriculares reconhecem na “questão social” a base que fundamenta a existência do Serviço Social.

Com isso, as Diretrizes Curriculares apresentam a centralidade do trabalho e da “questão social” como dimensões fundamentais no processo de formação profissional e forma de compreensão da sociabilidade capitalista, a partir de uma perspectiva de totalidade, sem perder de vista as mediações, complexidades e contradições que permeiam a vida social e a luta de classes.

A partir desses enunciados, este texto apresenta algumas abordagens sobre “questão social”, tendo como referência o substrato teórico-metodológico que orienta as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) e uma delimitação da produção bibliográfica sobre o tema no Serviço Social.

A “Questão Social” nas Diretrizes Curriculares

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, alinhadas ao processo de “*intenção de ruptura*” e a aproximação à tradição marxista, apresentam a centralidade do trabalho e da “questão social” na formação de assistentes sociais como forma de apreensão analítica e crítica da gênese, estrutura, desenvolvimento e dinâmica da sociabilidade capitalista. As Diretrizes Curriculares, que também é resultado e expressão de um processo de acúmulo e maturação teórica, metodológica, ética e política, trouxe para o centro do debate da formação profissional a “questão social” e o trabalho a partir da tradição marxista.

A reformulação curricular de 1996, com o propósito de enfrentar as lacunas e problemáticas presentes no currículo de 1982, destaca a “questão social” como elemento que dá concretude ao Serviço Social, enfatizando a importância e reconhecimento do significado social da profissão, seu estatuto profissional, sua inserção na divisão sócio-técnica como especialização do trabalho coletivo e o exercício profissional inserido em processos de trabalho. Com isso, “[...] considerar o Serviço Social enquanto uma

especialização do trabalho coletivo pressupõe demarcar a centralidade da categoria trabalho como elemento estruturador da vida social” (CARDOSO *et al*, 1997, p.43).

Cabe sublinhar que essas questões já tinham sido indicadas por Iamamoto e Carvalho na obra “*Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*” lançada em 1982, que demarca uma “*virada crítica*” do ponto de vista teórico e metodológico no interior da profissão. Isso para demonstrar que tal concepção orientadora do projeto de formação profissional não era uma preocupação nova e posta nos anos 1990, pois já havia nos anos de 1980 uma discussão profícua sobre essa perspectiva.

O projeto de formação profissional materializado nas Diretrizes Curriculares reconhece a “questão social” como base de fundação sócio-histórica da profissão na sociedade (ABEPSS, 1996), considerando as mediações históricas e as particularidades regionais, territoriais, de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade que atravessam o conjunto das relações sociais. A “questão social” é compreendida nas suas múltiplas determinações econômicas, políticas, sociais, culturais e regionais a partir da lei geral de acumulação capitalista, das lutas sociais da classe trabalhadora e das respostas e intervenções do Estado por meio da formulação e implementação de políticas públicas e sociais.

Para uma apreensão analítica sobre a “questão social”, no documento das Diretrizes Curriculares constam três núcleos de fundamentação com naturezas complementares e indissociáveis entre si, que são: 1) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e; 3) núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Essa divisão em núcleos não significa hierarquização, classificação ou sobreposição de conteúdos e disciplinas. Esses núcleos [...] não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.64). Com isso, o diálogo indissociável entre os três núcleos de fundamentação possibilita identificar, considerando as mediações postas na realidade, os nexos causais da trama histórica, social e contraditória que circundam as relações sociais no capitalismo.

A partir dessas premissas, tendo como referência a teoria social crítica, ancorada na tradição marxista e na crítica da economia política, as Diretrizes Curriculares de 1996 sinalizam um importante avanço para o projeto de formação profissional ao enfatizar a análise da realidade, do trabalho e da “questão social” a partir de uma perspectiva de

totalidade, de modo a evitar interpretações residuais, simplistas, unilaterais e fragmentadas dos processos sociais.

Nota-se na tradição marxista um esforço analítico e explicativo sobre a “questão social” a partir da lei geral de acumulação do capital que produz riqueza na mesma proporção da produção de pobreza, expressando as suas profundas contradições e desigualdades. Tal perspectiva significa um avanço no projeto de formação profissional, pois se diferencia de abordagens conservadoras, liberais e individualistas da “questão social” sob a ótica de situações-problema (de ordem moral-comportamental) e de culpabilização dos indivíduos sociais.

Assim, para o propósito deste texto foram selecionadas algumas produções sobre “questão social” (e sua intrínseca relação com o trabalho no capitalismo) na área de Serviço Social em forma de artigos em periódicos e livros publicados após a aprovação das Diretrizes Curriculares, com o intuito de apresentar concepções, tendências e polêmicas que envolvem o respectivo debate na profissão.

A produção de conhecimento sobre “questão social” no Serviço Social

A produção de conhecimento em Serviço Social se consolida na contemporaneidade nos marcos de uma produção crítica, madura e comprometida com o rigor científico e as necessidades da sociedade. Também vale dizer que essa produção não se restringe ao diálogo endógeno *da e para* a categoria profissional, mas pelo contrário, essa produção tem se espalhado e assumido destaque no conjunto da produção acadêmica e científica no que se refere às ciências humanas e sociais. Pelo seu caráter interdisciplinar e pela natureza da produção de conhecimento em Serviço Social – que se dedica a analisar as múltiplas expressões da “questão social” na sociabilidade capitalista – entende-se que muitos temas abordados pela bibliografia da profissão são de interesse e interlocução de outras áreas do conhecimento. Isso tem demonstrado a capacidade e competência de assistentes sociais no desenvolvimento de pesquisas (reconhecendo a natureza investigativa da profissão) e na produção de um conhecimento socialmente referenciado.

Essa produção de conhecimento se adensa e ganha relevo especialmente a partir dos anos 1980 e, nos anos 1990, na esteira da “*intenção de ruptura*”, o protagonismo político e crítico do Serviço Social ganha materialidade com a aprovação do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação da Profissão em 1993 e das Diretrizes Curriculares

em 1996. Isso representa uma conquista do ponto de vista da direção sociopolítica que a profissão imprime ao processo de formação, ao exercício profissional e as formas de organização coletiva da categoria. A partir desses acontecimentos, que são resultado de embates e lutas da categoria, muito tem se acumulado enquanto patrimônio intelectual, ético e político do Serviço Social.

Dentro desse vasto patrimônio coletivo, a produção de conhecimento é uma expressão da relevância, contribuição e legitimidade do Serviço Social para a sociedade. Inúmeras e destacadas produções têm servido para pensar criticamente a realidade social e brasileira sob os diversos ângulos da “questão social”.

Após a aprovação das Diretrizes Curriculares algumas produções sobre a “questão social” tiveram notória repercussão no interior da profissão. Dentre elas, ganha destaque, especialmente pela efervescência do debate da época, a publicação da Revista *Temporalis* (da ABEPSS) n.3 de 2001 que apresenta 4 textos temáticos sobre a “questão social”, sendo eles: 1) “A questão social no capitalismo”, de Marilda Villela Iamamoto, 2) Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil, de Maria Carmelita Yazbek; 3) Cinco notas a propósito da “questão social”, de José Paulo Netto e; 4) Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania, de Potyara Amazoneida Pereira Pereira. Em seguida, outras produções em formato de livros também se dedicaram ao estudo da “questão social”, como: 1) A categoria “questão social” em debate, de Alejandra Pastorini (publicado pela Editora Cortez); 2) Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos, de Ivone Maria Ferreira da Silva (publicado pela Editora da UFMT) e; 3) “Questão Social”: particularidades no Brasil, de Josiane Soares Santos (publicado pela Editora Cortez, compondo a coleção Biblioteca Básica do Serviço Social).

Na contemporaneidade, são reconhecidas as inúmeras produções acadêmicas e científicas sobre o tema da “questão social” no âmbito do Serviço Social, mas considerando os limites deste texto e a necessidade de um recorte metodológico para a análise proposta, serão enfatizadas as concepções, tendências, trato teórico e perspectivas trazidas pelos autores e autoras das respectivas produções mencionadas em forma de artigos e livros.

A publicação da Revista *Temporalis* n.3 em 2001 representou, mesmo considerando as tensões e polêmicas presentes, um ponto de inflexão importante para o Serviço Social no sentido de (re)afirmar a “questão social” como base constitutiva da profissão e sua vinculação analítica ao desenvolvimento do capitalismo. Após 21 anos de sua publicação, os textos desse número são ainda referências para conteúdos e disciplinas que abordam o tema, tanto no âmbito da graduação, quanto da pós-graduação.

O artigo “A questão social no capitalismo” de Marilda Villela lamamoto, tendo como base teórica a tradição marxista e a concepção de “questão social” vinculada ao processo histórico de acumulação capitalista, se contrapõe às teses que sustentam a ideia de uma “nova questão social” (com destaque para a literatura francesa de Pierre Rosanvallon e Robert Castel), que tem como base de referência a crise capitalista dos anos 1970, o esgotamento do padrão fordista-keynesiano que esteve presente como experimento em países da Europa Ocidental e que mostrou os limites do Estado de Bem-Estar Social (também denominado de Estado-Providência) no capitalismo. Ao dialogar criticamente com as teses que defendem uma gestão “humanizada” e focalizada no combate à pobreza e às diversas formas de exclusão social sem alterar a dinâmica do modo de produção capitalista, lamamoto (2001) sustenta a concepção de que a “questão social” é parte constitutiva do desenvolvimento capitalista. Ao refutar a tese da “nova questão social”, lamamoto (2001) argumenta que a “questão social” é indissociável do processo de acumulação e desenvolvimento capitalista e, por isso, não é um fenômeno recente e decorrente do esgotamento do padrão fordista-keynesiano.

lamamoto (2001) ainda destaca a relação histórica e dialética entre trabalho e “questão social” na sociedade capitalista apresentando dois aspectos para a leitura crítica do tema que são: 1) a dimensão da mercadoria na sociedade capitalista em que a própria classe trabalhadora torna-se vendedora da sua força de trabalho (como mercadoria) em troca de um salário, ingressando assim no circuito do valor e; 2) a produção de mais-valia com a respectiva tendência de redução dos custos da força de trabalho. Com o desenvolvimento e avanço das forças produtivas ocorre um significativo aumento da produtividade do trabalho social em que a classe trabalhadora produz mais e em menos tempo. Isso leva ao aumento do capital constante (trabalho cristalizado no maquinário) e redução do capital variável (força humana de trabalho). Esse movimento contribui para a ampliação das taxas de lucro e sucessivamente para a concentração e centralização de capital. Ao mesmo tempo gera uma classe trabalhadora excedente e supérflua para as necessidades do capital, denominada por Marx de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, expressando a lei geral da acumulação capitalista.

A partir dessa perspectiva, observa-se a compreensão da “questão social” como dimensão constitutiva da sociabilidade capitalista que se explica a partir do processo de acumulação (que produz riqueza e ao mesmo tempo e na mesma proporção produz pobreza em larga escala), das contradições postas nas relações antagônicas entre as classes sociais, das lutas sociais que emergem na cena pública e do intervencionismo estatal. As formas de

pressão, organização e lutas sociais são instrumentos e estratégias no reconhecimento da existência da classe trabalhadora pelo Estado e respectivamente de suas reivindicações materializadas em direitos e deveres de cidadania.

Iamamoto (2001) chama a atenção para algumas armadilhas postas na realidade ao analisar e abordar a “questão social”. Dentre elas estão: a criminalização, naturalização e moralização da “questão social”, o que pode se desdobrar em ações repressivas, violentas, moralizantes, fragmentadas, isoladas e individualizantes, perdendo a perspectiva da dimensão coletiva e pulverizando a “questão social” sob a ótica do problema individual, o que leva à culpabilização e responsabilização dos indivíduos sociais.

Em relação ao texto “Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil”, a autora Maria Carmelita Yazbek (2001) enfatiza a análise da pobreza e da exclusão social como algumas das resultantes da “questão social”, destacando o precário sistema de proteção social público brasileiro no contexto de crise capitalista em dimensão globalizada. Parte da compreensão de “questão social” como elemento que envolve a relação entre profissão e realidade em uma sociedade marcada pela divisão entre classes sociais antagônicas e em que a riqueza socialmente produzida é apropriada de forma privada e desigual. Trata a pobreza como fenômeno multidimensional e a exclusão como forma de pertencimento, de inserção na vida social. Também aborda a subalternidade como “[...] ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração. [...] pluralidade que configura um amplo leque de desigualdades, injustiças e opressões” (p.34). Pobreza, exclusão e subalternidade, são, para Yazbek (2001, p.34), “[...] produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade”.

Diante da conjuntura analisada, as expressões da “questão social”, como é o caso da pobreza, da exclusão e da subalternidade, tornam-se, conforme Yazbek (2001), alvos de ações filantrópicas, voluntaristas, reducionistas, privatistas e solidárias, o que leva a um processo de despolitização da “questão social”, ou seja, desloca-se a compreensão de “questão social” como questão pública, política, nacional e expressão da luta de classes para um problema dos indivíduos.

Tendo em vista um contexto neoliberal de regressão de direitos, Yazbek (2001), ao compreender a reprodução ampliada da “questão social” como reprodução das contradições sociais no capitalismo, lança apontamentos para o Serviço Social em relação à necessidade da resistência cotidiana com o objetivo de buscar rupturas e superações em um terreno emaranhado de tensões e disputas. Reforça que é preciso construir e reinventar mediações no

cotidiano da ação profissional que sejam “[...] capazes de articular a vida social das classes subalternas com o mundo público dos direitos e da cidadania” (p.39).

Ao apresentar os desdobramentos das contradições da sociedade capitalista que se expressam na vida cotidiana dos indivíduos sociais, com ênfase para a pobreza, exclusão e subalternidade, Yazbek esboça a necessidade do intervencionismo do Estado por meio da implementação de políticas sociais e de um sistema de proteção social público, nacional e universal, que responda às manifestações da “questão social” (nos limites do capitalismo) e consequentemente atenda as demandas imediatas e mediatas de reprodução da classe trabalhadora.

No artigo “Cinco notas a propósito da “questão social”, José Paulo Netto descreve que existem compreensões diferenciadas e atribuições de sentido diferenciados sobre a “questão social”. A partir da tradição marxista, indica que a expressão “questão social” começa a ser utilizada nos anos de 1830 e, em seguida, torna-se presente nos debates dos mais variados espectros ideopolíticos. A expressão “questão social” surge na Europa Ocidental diante do fenômeno do pauperismo, resultado do processo de industrialização e dos desdobramentos sociopolíticos da época. O pauperismo era um fenômeno novo e sem precedentes na história.

Incorporada pelo pensamento conservador e confessional da época, Netto (2001) destaca que a “questão social” passa a ser naturalizada e moralizada. Tais correntes de pensamento objetivavam interditar os nexos entre economia e sociedade para a compreensão do desenvolvimento capitalista e da pauperização crescente. Já para o pensamento laico as manifestações da “questão social” eram resultantes dos desdobramentos da sociedade moderna e a intervenção nessas manifestações seriam no intuito de amenizá-las e reduzi-las por meio de reformas, com o intuito de conservação do *status quo*. O pensamento conservador confessional, com respaldo na Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII de 1891 reconhece a “questão social” e seus agravantes e ressalta a necessidade de medidas para reduzir suas sequelas. Porém, essas abordagens não questionam os fundamentos da “questão social” e não tocam na pedra de toque da sociabilidade burguesa, ou seja, na propriedade privada dos meios de produção. Outro elemento importante do período e trazido por Netto (2001) são as lutas de 1848 que fizeram emergir o caráter antagônico das classes sociais.

Netto (2001) aponta a análise marxiana da “lei geral da acumulação capitalista” para a compreensão dos fundamentos e complexidade da “questão social”, ressaltando que os

diferentes estágios de desenvolvimento do capitalismo produzem diferentes manifestações da “questão social”. Isso significa que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo e não se suprime a primeira conservando-se o segundo. Com isso, entende-se que “[...] a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração” (NETTO, 2001, p.45).

Apresenta também nas suas reflexões a crise capitalista dos anos 1970 diante do esgotamento do padrão fordista-keynesiano e que incide também nas experiências de construção dos Estados de Bem-Estar Social nos países da Europa Ocidental. Nesse cenário marcado pela redução das taxas de lucro e a forte expressão dos movimentos organizados da classe trabalhadora, Netto (2001) diz que a resposta do capital foi uma ofensiva política de natureza repressiva (exemplificando o caso inglês com Margareth Thatcher) e ideológica e econômica, comprovando a inexistência, pelo capital, de qualquer compromisso com o “social”.

Netto também incorpora o conjunto de pensadores que refutam as teses da “nova questão social”, salientando que a cada novo estágio do desenvolvimento do capitalismo a “questão social” “[...] instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser” (NETTO, 2001, p.48).

Potyara Amazoneida Pereira Pereira (2001), logo na introdução do seu texto “Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania”, também questiona a existência real de uma “nova questão social”, enfatizando que estamos diante de uma nova conjuntura. Além disso, problematiza outros aspectos que tangenciam o debate da “questão social” indagando se estaríamos diante de uma “questão social” latente, dada a posição da correlação de forças colocada na sociedade contemporânea e as formas organizativas da classe trabalhadora. Para Pereira (2001), considerando a “questão social” inscrita na contradição entre capital e trabalho, faltam forças sociais com efetivo poder de pressão popular para fazer incorporar na agenda pública as demandas e reivindicações coletivas. Nesse sentido argumenta que não há uma “questão social” explícita, mas latente, colocando na agenda das lutas de classe um desafio para a classe trabalhadora e os setores progressistas.

Na construção de seu argumento enfatiza as transformações societárias ocorridas nas últimas décadas, com destaque para o mundo do trabalho e as mudanças na relação Estado-Sociedade, exemplificando o desemprego em dimensão estrutural, o desmantelamento dos direitos sociais e as alterações no interior do movimento sindical.

Também destaca uma preocupação em relação ao entendimento de “questão social” pelo conjunto da categoria profissional de assistentes sociais. Conforme descreve a autora, a “questão social” é muitas vezes vista e entendida de forma genérica, como representação de crises, vulnerabilidades, riscos, discriminações, aporias etc. Nesse caso, “[...] não estando esse foco teoricamente definido, corre-se o risco de tomá-lo analiticamente como um fato inespecífico, caindo-se no relativismo, ou de pensá-lo como um fenômeno espontâneo desfalcado de protagonismo político” (PEREIRA, 2001, p.58).

Essa é ainda uma realidade presente no âmbito do Serviço Social, o que coloca para a profissão um conjunto de desafios, sendo, dentre eles, aquele que perpassa a formação acadêmica circunscrita tanto na esfera da graduação quanto na da pós-graduação. Ao chamar a atenção para essa problemática posta ao Serviço Social, que se relaciona aos modos de entendimento e interpretação da “questão social”, é importante identificar a contribuição das Diretrizes Curriculares no processo de formação profissional, a partir dos seus núcleos de fundamentação, como formas e estratégias de compreensão dos fundamentos sócio-históricos da “questão social”.

Na esteira de um posicionamento crítico e contrário ao pensamento que atesta para a existência de uma “nova questão social”, o livro “A categoria ‘questão social’ em debate”, de Alejandra Pastorini, traz também apontamentos oportunos para endossar o debate. Pastorini dialoga com a literatura francesa, especialmente com a produção sociológica de Pierre Rosanvallon e Robert Castel. No caso de Rosanvallon, ao analisar a crise do Estado-Providência e o esgotamento do modelo de proteção social, compreende que o crescimento do desemprego e as novas formas de pobreza e exclusão social indicam a emergência de uma “nova questão social”. Já Castel analisa a crise dos anos 1970 sob a ótica do emprego, do desemprego e da precarização do trabalho, que afeta a sociedade capitalista baseada no regime salarial e contribui para a desestabilização da classe trabalhadora até então em condição laboral “estável”. Apesar da preocupação de Castel de apresentar a emergência da “questão social” a partir das consequências do processo de industrialização no século XIX, o autor “[...] entende que hoje estamos diante de uma nova (versão da) “questão social” que, desde sua origem, há mais de um século, vem-se apresentando sob diferentes formulações, versões, recolocando-se e recompondo-se constantemente” (PASTORINI, 2010, p.70). Cabe destacar que nessas abordagens sobre a “nova questão social” o debate sobre as lutas de classes não aparece e, quando aparece, é algo secundarizado.

Pastorini (2010) reforça em sua obra o pressuposto da “questão social” como traço constitutivo do modo de produção capitalista, determinada pelas formas de

exploração contidas nas relações contraditórias entre capital e trabalho e suas manifestações compreendidas a partir da lei geral da acumulação. Enfatiza a processualidade na análise da “questão social”, reconhecendo sua natureza política, econômica, ideológica, social e sua inserção no movimento das classes sociais na luta pela hegemonia. Também ressalta que a “questão social” assume expressões particulares conforme as especificidades de cada realidade e formação sócio-histórica. Destaca os riscos de análises que naturalizam a “questão social”, levando a compreensões despolitizadas e desprovidas de conteúdo histórico e econômico.

Em seu livro “Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos”, Ivone Maria Ferreira da Silva (2008) traça uma análise da “questão social” brasileira a partir das raízes coloniais-escravistas e patriarcal assentadas nas particularidades do processo de formação social do país. Com o objetivo de compreender o Brasil, suas relações sócio-históricas e as razões da dependência econômica, cultural, política e social do país, dialoga com Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, dentre outros clássicos da literatura brasileira. Na interlocução com Freyre, refuta a ideia de uma relação amistosa e harmoniosa entre senhores e escravizados, o que serviu para a construção do mito da “democracia racial”.

Sob a influência de Caio Prado Júnior, enfatiza o sentido exploratório de uma colonização brasileira estruturada na grande propriedade de terras, nos marcos do capitalismo mercantil europeu. A colonização, sustentada economicamente no escravismo mercantil e permeada por contradições, tensões e conflitos, teve efeitos devastadores para o conjunto da vida e dinâmica social brasileira, produzindo problemas ainda não solucionados na agenda contemporânea, como é o caso do racismo estrutural.

A partir dessas premissas, Silva (2008) aborda, a partir do seu recorte teórico-metodológico, momentos históricos importantes para se pensar a constituição da “questão social” no Brasil, como o escravismo, a Independência, o abolicionismo, as lutas republicanas, a configuração do Estado brasileiro com seu caráter autoritário e corporativo, a emergência e consolidação do movimento operário, o papel e intervenção da Igreja Católica no tratamento da “questão social”, dentre outros

elementos que servem de parâmetro analítico para a compreensão e interpretação desse país complexo, profundo e de dimensão continental.

Segundo Silva (2008), é na transição do Império para a República que aparecem, de forma mais evidenciada, as primeiras manifestações da “questão social” por meio de lutas “[...] de caráter quase sempre elitistas – ou, por outro lado, messiânicos -, mas que incluem muitos movimentos populares que sucumbiram lutando contra a fome e por terra e trabalho” (p.24). Também, ao discorrer sobre a vinculação intrínseca entre “questão social” e Serviço Social, apresenta o processo de institucionalização da profissão no Brasil, o movimento de renovação e “*intenção ruptura*” com o tradicionalismo e conservadorismo e os desafios postos para o projeto profissional crítico. Nessa análise a autora conclui que na sua origem, as ações do Serviço Social tinham como foco os fragmentos da “questão social”. O debate sobre os fundamentos da “questão social” ganha evidência no processo de renovação da profissão e maior “[...] densidade nas novas diretrizes curriculares, a partir dos anos de 1990, o que deverá estreitar ainda mais seus vínculos históricos” (SILVA, 2008, p.17). A autora apresenta em linhas gerais algumas das produções acadêmico-científicas sobre a “questão social” tanto no âmbito do Serviço Social (no diálogo com José Paulo Netto, Marilda Iamamoto, Vicente de Paula Faleiros, Maria Carmelita Yazbek e Potyara Amazoneida Pereira Pereira) quanto no âmbito das ciências sociais, dialogando com a literatura brasileira (Octavio Ianni, Gisálio Cerqueira Filho e Luiz Eduardo Wanderley) e a literatura francesa (Robert Castel e Pierre Rosanvallon).

Sustenta que as mudanças desencadeadas na sociedade brasileira desde o período da colonização, em que se identificam lutas, formas de resistência e também conformismo, contribuíram para as primeiras manifestações da “questão social”, o que a autora denomina como “questão social” latente (SILVA, 2008).

A partir de uma perspectiva histórica e dialética na compreensão da sociedade como uma totalidade complexa permeada por avanços e recuos, resistências e conformismos, Silva (2008) situa a “questão social” no processo de formação da realidade brasileira com o objetivo de identificar algumas passagens históricas determinantes para a análise da “questão social” nas particularidades do Brasil. Para a autora, apesar das raízes evidentes

da “questão social” durante a colonização, é no contexto de desenvolvimento do capitalismo, em sua fase monopolista, que é cunhada a expressão “questão social”, representando também o nível de consciência política da classe trabalhadora, mas em outros contextos históricos passados, a “[...] questão social estava apenas obscurecida e, quase sempre, denominada, pelo pensamento social conservador, de *problema* ou de *males sociais*” (SILVA, 2008, p.19, grifos da autora).

No século XX, diante do acirramento das lutas de classes, “[...] a questão social, antes latente e obscurecida, ganhou visibilidade e legitimidade no sentido do seu enquadramento” (SILVA, 2008, p.192). Para atender as demandas, pressões e reivindicações da classe trabalhadora de forma a enquadrá-la e amenizar os conflitos de classe, o Estado e a Igreja Católica, alinhados aos interesses da classe dominante, implantam um conjunto de profissões na área social, emergindo, dentre elas, o Serviço Social.

Ao analisar a constituição e desenvolvimento das particularidades da “questão social” no Brasil, Silva (2008) alerta que negá-la pode ser um ingrediente para as classes dominantes e para o Estado que historicamente se desresponsabilizam no trato, respostas e enfrentamento às suas expressões cotidianas. Isso também leva a armadilhas ideopolíticas pois, negar a “questão social” “[...] significa o mesmo que dizer que não teve ou não têm mais classes sociais no Brasil e, que por consequência, também, não temos mais luta de classes” (p.197).

No seu livro “‘Questão Social’: particularidades no Brasil”, Joseane Soares Santos (2012) inaugura sua apresentação ressaltando a centralidade da “questão social” no projeto de formação profissional como conteúdo transversal a partir do que se estabelece nas Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social. Para tanto, destaca a necessidade de apreensão histórica e conceitual da “questão social” a partir dos fundamentos marxianos e a relação dialética entre os *núcleos de fundamentação* contidos nas Diretrizes Curriculares, longe de qualquer esquematismo. Outro elemento trazido pela autora são as variadas abordagens teóricas e espectros ideopolíticos sobre a “questão social”. Na sua abordagem, parte da compreensão de “questão social” como expressão das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista, considerando seus fundamentos econômicos, políticos e históricos.

As premissas teóricas que subsidiam a argumentação da autora sobre a “questão social” são referenciadas na tradição marxista, tendo como base a lei geral da acumulação

capitalista e a crítica da economia política. Em relação aos pressupostos históricos, destaca as relações entre capital e trabalho na Europa do século XIX, com os respectivos desdobramentos do processo de industrialização e suas consequências para o pauperismo e as lutas sociais emergentes em meados dos anos de 1830. Esse processo é contraditoriamente permeado pela produção de abundância e escassez. Ressalta Santos (2012) que essa escassez, produzida socialmente e que gera o pauperismo, não expressa sozinha a “questão social”. Um outro elemento que a particulariza na sociedade capitalista são os seus desdobramentos sociopolíticos, demonstrando que as lutas sociais são constitutivas da “questão social”, expressão das relações sociais antagônicas entre as classes sociais.

Santos (2012) destaca que embora a concepção de “questão social” não seja hegemônica entre assistentes sociais, uma parte significativa de autores/as com filiação à tradição marxista a considera e a explica a partir da crítica da economia política, tendo como base de fundação a “lei geral da acumulação capitalista” e sua gênese relacionada ao processo de acumulação e reprodução ampliada do capital. Esse processo é caracterizado por inovações técnico-científicas, o que contribui para o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. Isso desencadeia o aumento do capital constante e a redução do capital variável, que corresponde à força de trabalho, no intuito de valorização do capital para a obtenção de mais-valia.

Para a análise e compreensão da “questão social” e de suas respectivas manifestações, Santos (2012) considera indispensável a apreensão histórica, dialética e ontológica das mediações e determinações que circunscrevem as diferentes sociedades, reconhecendo suas formações sociais e particularidades. Para a autora, uma leitura da “questão social” sob o prisma genérico, universal e abstrato das relações de exploração do trabalho pelo capital, sem as devidas mediações, não são suficientes para decifrar a natureza complexa da “questão social”. Por isso é preciso reconhecer, na apreensão da “questão social”, as mediações constitutivas e particularidades das realidades em análise, na sua relação com a universalidade (e suas devidas conexões com os fenômenos singulares), permeadas por relações contraditórias, pelo embate das lutas de classes e pelas determinações ideopolíticas, socioeconômicas, regionais e culturais.

A partir dessa breve apresentação de algumas das produções de conhecimento na área de Serviço Social que versam sobre o tema da “questão social”, se observa, mesmo com ressalvas e devidas divergências, uma linha de convergência dessa interlocução

intelectual com os princípios formativos que balizam o processo de formação profissional de assistentes sociais a partir das Diretrizes Curriculares. As Diretrizes Curriculares enfatizam a necessidade da apreensão crítica do processo histórico da sociedade brasileira como totalidade, destacando a necessidade da investigação sobre a formação social com suas devidas particularidades, de modo a elucidar a constituição e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Aponta também para a necessidade do desvelamento das contradições postas na realidade e nos espaços socio-ocupacionais, de forma a identificar demandas, possibilidades, ações e formulação de respostas que potenciem o enfrentamento das múltiplas manifestações da “questão social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS em 1996, inúmeros tem sido os desafios para a implementação dos princípios e eixos norteadores estabelecidos no documento das Diretrizes de forma a assumir um parâmetro integrador e orientador para os cursos de Serviço Social no Brasil. Como já informado e também destacado em estudos anteriores sobre o tema, as Diretrizes Curriculares aprovadas pelo MEC em 2002 sofreram mudanças e reducionismos, o que implica na concepção de projeto de formação construída coletivamente pela categoria nos anos 1990, resultado de amplos e acumulados debates no interior da profissão. Além disso, no contexto das transformações societárias, mudanças conjunturais no ensino superior brasileiro também contribuíram para os impasses na implementação das Diretrizes nas Unidades de Ensino públicas e privadas. Desde os anos 1990, em um contexto neoliberal e de contrarreformas, observa-se uma forte investida da mercantilização do ensino superior brasileiro, com destaque para a expansão dos cursos privados e, a partir dos anos 2000, também com a implantação de forma massificada do ensino na modalidade a distância (EaD). Outro elemento dessa conjuntura são as precárias condições de trabalho docente que incidem tanto no ensino público quanto no ensino privado. Também, nos últimos anos, diante de um projeto político-econômico de governo de traços conservadores, tem se vivenciado diuturnamente a censura ao pensamento crítico e um forte ataque à ciência e à universidade como um todo, em um cenário de desmantelamento e cortes orçamentários na política de educação.

Nas últimas décadas muitos esforços coletivos foram e tem sido empreendidos para superar uma formação fragmentada, tecnicista, pulverizada, aligeirada, acrítica e eclética. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 simbolizam um divisor de águas no sentido

de estabelecer, dentre os seus princípios, a defesa de uma formação de qualidade, crítica e que privilegie a transversalidade e a dialogicidade entre conteúdos e componentes curriculares. É tarefa contínua, nos marcos das Diretrizes, buscar uma formação competente que não atenda meramente aos interesses, demandas e necessidades do mercado de trabalho. É necessária uma formação sólida, crítica e de qualidade que extrapole as requisições do mercado de trabalho. Ou seja, uma formação que tenha uma direção social respaldada na crítica da sociabilidade capitalista, tendo como referência o projeto ético-político profissional em que a perspectiva da emancipação humana esteja no horizonte.

REFERÊNCIAS

- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS*, n.7, Edição Especial, São Paulo: Cortez, novembro de 1997, p.58-76.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. *Cadernos ABESS*, n.7, Edição Especial, São Paulo: Cortez, novembro de 1997, p.15-57.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis*, n.3, Brasília: ABEPSS, 2001, p.9-32.
- IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, n.3, Brasília: ABEPSS, 2001, p.41-49.
- PASTORINI, Alejandra. *A categoria “questão social” em debate*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. *Temporalis*, n.3, Brasília: ABEPSS, 2001, p.51-61.
- SANTOS, Josiane Soares. *“Questão Social”*: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- SILVA, Ivone Maria Ferreira da. *Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sociohistóricos*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis*, n.3, Brasília: ABEPSS, 2001, p.33-40.